

**CURSO DE PEDAGOGIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE SABERES
DOCENTES PARA A INCLUSÃO**

Adriana Gavião Bastos Oliveira, Maria Julia Canazza Dall Acqua

Eixo 5 - A formação de professores na perspectiva da inclusão
- Relato de Pesquisa - Apresentação Pôster

Este trabalho objetiva demonstrar a importância para a formação inicial de professores de uma disciplina específica com temas ligados à inclusão escolar articulada com a realização de estágio de 20h. A disciplina e o estágio fazem parte do currículo do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Minas Gerais, Campus Poços de Caldas, ofertada no 6º período do curso. O estágio oportuniza aos alunos visitar as escolas de apoio do Município, a escola regular onde há alunos com deficiência, observa-los na sala regular e na sala de recursos, entrevistar professores, supervisores e diretores das instituições escolares. Os resultados apresentados nos relatórios escritos e na socialização dos estágios evidenciam a importância desta experiência para reflexão das práticas docentes encontradas no cotidiano com os alunos da inclusão escolar. A junção da teoria com a prática na formação inicial demonstrou mudança qualitativa nos conhecimentos dos alunos e uma visão menos preconceituosa sobre as deficiências e as possibilidades de aprender do aluno incluído. Ressaltou a importância do Curso de Pedagogia para a construção dos saberes docentes para a inclusão escolar. Palavras-Chave: Formação de professores-Inclusão-Curso de Pedagogia

CURSO DE PEDAGOGIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE SABERES DOCENTES PARA A INCLUSÃO

Adriana Gavião Bastos Oliveira. UEMG; Maria Júlia Canazza Dall Acqua.
UNESP

As propostas de educação para todos têm trazido inúmeros debates sobre a formação de professores.

O acesso e a permanência dos alunos no espaço escolar, não têm garantido qualidade de ensino para a Educação Básica.

Diante dos dados, levantados pelas avaliações sistêmicas, do baixo desempenho dos alunos brasileiros, a formação de professores começa a ser destacada para a elaboração de políticas públicas como possibilidade de reverter os índices de fracasso escolar.

O fracasso escolar que embora seja um problema complexo, Reali, Tancredi e Mizukami (2008), consideram as causas como *multifacetadas* e *multideterminadas*. Colocam a formação profissional dos docentes também como um item a ser analisado, destacando *a influência da qualificação dos professores sobre o desempenho dos alunos*. O fracasso escolar fica ainda mais grave, considerando a questão da inclusão no ensino regular de ensino dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A entrada desses alunos, na escola regular de ensino, vem tornando o cotidiano escolar mais complexo. Diante desta realidade, mais complexa, surge uma maior necessidade de discussão das práticas pedagógicas, solicitando uma formação inicial que contemple uma preparação mais próxima da realidade escolar.

Com as mudanças legais no processo educativo e o aumento das matrículas no ensino regular dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o docente começa a sentir as pressões externas (pela sociedade e políticas públicas) e internas (pelos pais, diretores e alunos presentes no espaço escolar) a buscar (ou negar) novas formas de compreender o processo de ensinar.

Muitas vezes esta caminhada se tornou solitária, pois os cursos de formação docente não contemplavam disciplinas que auxiliasse essa atuação

e as políticas de formação inicial e continuada não estavam conectadas com a realidade, criando muito mais um aluno ideal do que o aluno real, considerando a não adequação escolar, dos alunos com deficiência, como culpa exclusiva do professor.

O curso de Pedagogia também começa a ser discutido por ser o *locus* de formação do professor para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.

A realidade questionada da formação inicial e continuada do docente para a inclusão no ensino regular, vem sendo discutida por vários autores que serão citados neste trabalho, buscando compreender como a atuação docente para a inclusão poderá ser melhorada a partir de pesquisas da prática e da teoria vivenciadas pelos professores em sua formação, alguns trabalhos com essa temática, serão citados.

Em se tratando de legislação brasileira para a formação docente do professor para a inclusão, encontramos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-9394/96 o inciso III do artigo 59, que se refere a dois perfis de professores para atuar com alunos, na época denominados portadores de necessidades educacionais especiais: o professor da classe comum e o professor especializado: são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvidas competências para: perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos; flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento; avaliar continuamente a eficácia do processo educativo e atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas.”...”(BRASIL-CNE/CP 009/2001,p.31 e 32).

A referida lei também coloca que o professor especializado precisaria comprovar formação em cursos de Licenciatura em educação especial ou em

uma de suas áreas ou complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial.

As Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) elaborada pelo Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial colocam a importância das Universidades para o desenvolvimento de pesquisas buscando melhoria de recursos para auxiliar/ampliar a capacidade de pessoas com necessidades especiais, bem como sobre inovações para a prática docente e desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias ao processo educativo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (2006) propõem que a formulação do projeto pedagógico do curso de Pedagogia deverá contemplar o conhecimento das políticas de educação inclusiva e compreensão das suas implicações organizacionais e pedagógicas, para a democratização da Educação Básica. Ressalta a inclusão não como apenas modalidade de ensino, mas um princípio do trabalho educativo:

Inclusão e atenção às necessidades educacionais especiais são exigências constitutivas da educação escolar, como um todo. Por conseguinte, os professores deverão sentir-se sempre desafiados a trabalhar com postura ética e profissional, acolhendo os alunos que demonstrem qualquer tipo de limitação ou deficiências que:

- os impeçam de realizar determinadas atividades;
- os levem a apresentar dificuldades extremamente acentuadas para a realização de determinadas atividades;
- requeiram meios não convencionais ou não utilizados por todos os demais alunos para alcançar determinados objetivos curriculares, ou ainda;
- realizar apenas parcialmente determinadas atividades. Por isso, sobretudo, os Licenciados em Pedagogia, uma vez que atuarão na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, níveis do sistema educacional que vêm abrigando maior número de pessoas com necessidades especiais, deverão ser capazes de perceber e argumentar sobre e pela qualidade da formação humana e social em escolas e organizações, incentivando para que haja a convivência do conjunto da sociedade, na sua diversidade, em todos os ambientes sociais. (BRASIL-CNE/CP5/2005, p.12 e 13).

O movimento para a inclusão tem sido debatido no mundo todo por vários autores, dentre eles: Stainback e Stainback (1999); Carvalho (1998);

Mantoan (2003); Caiado (2003); Marchesi (2004); Mendes (2008); Freitas (2008); Jesus (2008); Bueno (2008).

Segundo Stainback e Stainback (1999) o trabalho para a formação dos professores para atuação nas escolas inclusivas deve partir da atualização das habilidades que estes professores já possuem, buscando integrar com os colegas, socializando práticas. O grande benefício da inclusão para os professores é o crescimento profissional e o conhecimento mais amplo da instituição escolar (participação na elaboração das propostas), o que significa uma maior participação do docente no espaço escolar.

Marchesi (2004) avalia como fator importante da inclusão a formação dos professores, segundo o autor, será muito difícil avançar na inclusão se os professores não adquirirem práticas mais competentes de ensinar a todos os alunos, como também ressalta que à medida que o docente se sentir pouco competente para organizar a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, tenderá a desenvolver baixas expectativas sobre o aprender do aluno, que resultará em menor interação e atenção dadas ao ensinar e ao aprender deste aluno.

Carvalho (1998) promove uma discussão com o texto “Os distúrbios de aprendizagem na percepção dos professores e nos currículos de formação de magistério da educação fundamental”, que foi extraído de sua tese de doutoramento, 1996, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UERJ. A autora coloca, que os professores se sentem despreparados para o trabalho com os alunos que “não aprendem”, e indicaram a capacitação profissional como de maior relevância no processo de inclusão, e à medida que percebem a sua inexperiência e despreparo, ajudam os seus alunos como podem (sem uma base teórica como referência) aumentando os encaminhamentos desses alunos para as classes especiais.

Para Mantoan (2003) a formação inicial e continuada para a inclusão escolar não deve se encaixar em uma “especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos”. O ensinar na perspectiva inclusiva “deve ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas”, que são comuns em nosso cotidiano escolar e que tendem a excluir muito mais do que incluir.

Em seu livro, “Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos”, Caiado (2003), conclui em seus estudos que:

A formação do professor deve considerar a heterogeneidade humana e, dentre ela, as particularidades referentes ao ensino da pessoa deficiente.

Questionar a determinação biológica não é negar a dimensão biológica. A diversidade que há entre as crianças tem raízes históricas, culturais, sociais e biológicas. Não há por que negar nenhuma dimensão do real. O professor precisa conhecer as raízes da diversidade humana e, assim, aprender a desenvolver e criar uma práxis pedagógica que impulse o desenvolvimento de todos. “...” (2003, p.133).

Bueno (2008) analisa as políticas públicas de inclusão escolar, fazendo um balanço das produções acadêmicas sobre “inclusão escolar”, tecendo reflexões sobre a pesquisa de campo da educação e da educação especial, das dissertações e teses defendidas no Brasil, através do Banco de Teses do site da CAPES.

Conclui que a maioria das pesquisas realizadas tem como temática, o alunado da educação especial ou temas tradicionalmente tratados pela educação especial. Enfatiza também que são raros os estudos que investigam como realmente está ocorrendo a inclusão do aluno na escola regular, bem como identificação das dificuldades/ obstáculos dessa população específica neste espaço escolar. Suas conclusões mostram também a importância de buscar temas novos nesta área, e especificamente neste estudo que se pretende realizar neste projeto, que segundo o autor, senão buscarmos novas pesquisas sobre a inclusão, corremos o risco de dialogar sempre com os mesmos estudos, sem avançarmos na produção científica sobre o tema.

Freitas (2008), reitera a emergência de alargar os estudos na área da educação especial, devido a complexidade que compõe os sistemas de ensino da nossa realidade, mostrando que muitos dados trabalhados em relação as políticas públicas que fundamentam a educação inclusiva, antecedem 2001. Coloca também a importância de pesquisas na área de formação docente:

...é evidente que a formação de professores é essencial para que se vislumbrem mudanças na compreensão do ensinar e do aprender em um contexto inclusivo, uma vez que os professores serão os atores e autores das mesmas. Contudo, os espaços de formação necessitam privilegiar a busca por estas transformações. Nesse sentido, a organização dos espaços de formação deve considerar o professor como sujeito capaz, carregado de saberes e experiência, as quais poderão ser o ponto de partida para as discussões, os temas a serem abordados, os questionamentos acerca do onde estamos, e onde queremos chegar. Ou seja, a formação deve ser o

espaço onde a transformação de concepções e práticas se concretizem. (2008, p.62 e 63).

Jesus (2008) nos coloca a importância da formação do profissional docente para o trabalho com a inclusão, enfatizando que “precisamos pensar projetos que contribuam no sentido de formar profissionais capazes de criar ambientes em diferentes alunos, com os mais diversificados percursos de escolarização, consigam participar”. Ressalta também que a formação dos profissionais da educação “se constitui em suporte à educação inclusiva”.

Mendes (2008) frente às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, para a formação dos professores, coloca o desafio posto para a pesquisa de investigar a formação docente necessária para o atendimento anunciado nas políticas de formação, já que anteriormente tínhamos o curso de formação em Educação Especial, que preparava o profissional para atuar nas escolas especiais, classes especiais e sala de recursos. Com a ida deste alunado com necessidades especiais para o ensino regular, propõe-se uma nova lógica para estes professores, já que anteriormente realizavam apenas o encaminhamento das classes comuns para as especiais, agora “a lógica da inclusão envolveria, portanto, abandonar essa prática de encaminhamento e reforçar a colocação e manutenção do aluno na classe comum, mudando o ensino de modo a dar respostas às necessidades de todos os alunos”

A pesquisa insere-se no universo das investigações de caráter qualitativo e teve como participantes, alunos do curso de Pedagogia da UEMG-Poços de Caldas, que estão no 6º período fazendo a disciplina o aluno portador de necessidade especiais: aspectos históricos, sociais e psicológicos.

Os alunos além das aulas teóricas, fizeram o estágio de 20 horas nas escolas de apoio do município de Poços de Caldas, nas escolas regulares onde há alunos com deficiência matriculados e observaram as aulas, o recreio, o atendimento destes nas salas de recurso, bem como, realizaram entrevistas com os professores, supervisores e diretores.

Foram analisados os relatórios de estágio apresentados no término do período e os registros na socialização dos estágios. Os dados apresentados demonstraram o ganho qualitativo dos conhecimentos sobre a deficiência, reflexão sobre as práticas docentes observadas, a importância das escolas de

apoio integrem as escolas regulares e a diminuição dos preconceitos no trabalho com alunos com deficiência.

Relatos dos alunos sobre a importância de cursar a disciplina no curso de Pedagogia articulada com a prática exemplificam a necessidade desta formação: O estágio foi de extrema importância para minha formação, o contato com o professor que trabalha no dia-a-dia da sala de aula e com os próprios alunos com deficiência me ajudou compreender melhor sobre este assunto; Na visita que fiz a sala multifuncional pude aprender muito sobre as várias deficiências e observei que o aluno especial brinca como qualquer outra criança; Observando a sala de aula e recreio na escola regular onde se inclui aluno com deficiência, foi possível concluir que ainda podemos melhorar e muito; me proporcionou um novo olhar para o trabalho inclusivo, auxiliando a adaptar diversas atividades para algumas deficiências específicas e assim poder também distinguir suas peculiaridades; O tempo para a realização das tarefas é muito curto, muitas vezes o aluno não consegue se concentrar, perde o interesse necessitando de ajuda e tempo da professora e cuidadora; A ação conjunta entre escola de apoio e regular só tem a favorecer o aluno deficiente; As aulas na universidade nos mostrou que inclusão é um caminho árduo, mas é possível; Não basta só matricular o aluno, é preciso dar suporte para que ele aprenda; Observei uma criança com Síndrome de Down e a prática pedagógica de uma professora de 3º ano, achei muito interessante a forma como ela traz e incentiva sua participação nas aulas, ela utiliza de recursos tecnológicos para motivar o aluno; Observei um aluno com deficiência intelectual de 7 anos, ele faz acompanhamento na APAE, suas atividades são diferenciadas e realizadas com apoio da professor, ele não é alfabetizado, mas interage bem com a turma; Vi o trabalho da psicopedagoga da sala multifuncional, ela adapta as atividades da escola regular e dá apoio para as professoras e cuidadoras.

Fica evidenciado a importância dos conhecimentos adquiridos no curso de Pedagogia, compreendendo os limites de uma única disciplina trabalhando um tema tão complexo, mas abre-se na formação inicial a possibilidade de contribuir para uma prática educativa mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (2005). Parecer CNE/CP N.º:5/2005. Relatoras: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. *Diário Oficial da União*, Brasília, dez. 2005.

Brasil. Ministério da Educação (2001). Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria da Educação Especial. MEC: SEESP.

Bueno. J.G.S. A produção acadêmica sobre inclusão escolar e educação inclusiva. Em E.G. Mendes; M.A. Almeida; M.C.P.I. Hayashi, (Orgs.). *Temas em Educação Especial: Conhecimentos para fundamentar a prática*. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília: CAPES-PROESP. 2008, p.31-47.

Caiado, K.R.M. (2003). *Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos*. Campinas, SP: Autores Associados. (Coleção Educação Contemporânea)

Carvalho, R. E. (2003). *Temas em educação especial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: WVA Ed.

Coll, C.; Marchesi, A.; Palacios, J. e cols. Tradução de Murad, F. (2004). *Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.

Chizzotti, A. (2001). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 5ª ed. São Paulo: Cortez.

Freitas, S.N. (2008). Considerações acerca da produção de artigos científicos em Educação Especial: uma análise da Revista Educação Especial CE/UFMS. Em E.G. Mendes; M.A. Almeida; M.C.P.I. Hayashi, (Orgs.). *Temas em Educação Especial: Conhecimentos para fundamentar a prática*. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília: CAPESPROESP, p.56-72.

Jesus, D.M. (2008). Formação de professores para a inclusão escolar: instituindo um lugar de conhecimento. Em E.G. Mendes; M.A. Almeida; M.C.P.I. Hayashi, (Orgs.). *Temas em Educação Especial: Conhecimentos para fundamentar a prática*. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES-PROESP, p.75-82.

Mantoan, M.T.E. (2003). *Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Editora Moderna. (Coleção Cotidiano Escolar)

Mendes, E.G. (2006). A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Rev. Bras. Educ.* Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, dez. 2006 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2013.

Mendes, E.G. (2008). Caminhos da pesquisa sobre formação de professores para a inclusão escolar. Em E.G. Mendes; M.A. Almeida; M.C.P.I. Hayashi, (Orgs.). *Temas em Educação Especial: Conhecimentos para fundamentar a prática*. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília: CAPES-PROESP, p.92-122.

Moura, M.L.S., Ferreira, M.C. (2005). *Projetos de Pesquisa: elaboração, redação e apresentação*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Stainback, S.; Stainback, W. Tradução de Lopes, M.F. (1999). *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.